

Começando pelo Orçamento ^{CPI}

PARECE pouco diante do total de recursos em jogo, mas o corte de US\$ 50 milhões das subvenções sociais para 1994 tem na verdade forte efeito multiplicador sobre a composição do Orçamento federal. Essas verbas a fundo perdido são poderoso instrumento de barganha entre parlamentares e o Executivo. Muitas vezes, uma pequena "subvenção social" é a contrapartida de volumosos investimentos em certas áreas privilegiadas no processo de elaboração e votação da lei orçamentária.

PORTANTO, pode-se dizer que a CPI do Orçamento já produziu, graças ao entendimento entre o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, e o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, uma importante contribuição para equilibrar o Orçamento de 1994 e o que ainda resta a ser executado em 1993. O Governo está agora em condições de produzir uma proposta orçamentária mais enxuta e mais clara, que deixe visível o equacionamento das finanças públicas.

O ORÇAMENTO, tratado até pouco tempo como obra de

ficção, é certamente agora a peça mais importante do programa de estabilização da economia. A visibilidade desejada pode produzir expectativas positivas nos agentes econômicos, criando o ambiente adequado para uma desindexação progressiva, sem quebras de contrato, dias D ou soluções mágicas.

SE, em vez de projetar uma inflação ascendente (como tem ocorrido), o mercado vier a trabalhar com hipóteses de índices declinantes — consequência de um Orçamento saneado e contas públicas sem déficit — ficará mais fácil para as autoridades transformar o projetado em realidade. Poderão fazê-lo com os instrumentos de que já dispõem: taxas de juros, correção da unidade fiscal de referência, câmbio, tarifas etc. Será possível, ainda, a negociação de uma colaboração mais efetiva dos principais formadores de preço.

DESDE que o ministro Fernando Henrique e sua equipe conseguiram manter as finanças públicas sob razoável

controle, a inflação estancou no patamar dos 35% — ainda que seja um nível extremamente elevado, perigoso e, como o próprio ministro faz questão de dizer, inaceitável.

OCORRE que a conjuntura econômica dos próximos meses é favorável a uma desaceleração de preços, começando pela supersafra que está sendo cultivada. As importações estão ficando mais baratas (caso do petróleo, por exemplo) e não há defasagens a serem corrigidas nas tarifas e nos preços públicos; as que porventura ainda existirem se devem a notórias ineficiências, que a sociedade não tem obrigação de sustentar.

ALÉM disso, o país tem como avançar mais através do programa de privatização e da revisão constitucional que se inicia. Ambos podem contribuir muito para o acerto estrutural das finanças públicas, pavimentando o caminho para a estabilização dos preços e recuperação da economia.